

EDUCAÇÃO DO CAMPO: E O MEU DIREITO, ONDE FICA? ALFABETIZAR POR QUE, PARA QUE E COM O QUÊ?

Idêvia Silva Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Dominique Silva Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Daélcio Ferreira Campos Mendonça

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar em que medida a Escola Pública Municipal do Campo “Sentimentos” vêm desenvolvendo suas ações para assegurar que os filhos dos camponeses possam ser alfabetizados, conforme a Meta 5.4 do Plano Municipal de Educação (PME) de Itapetinga/BA, entre os anos de 2017 e 2018. O mesmo trata-se de um estudo de campo de cunho qualitativo, cujo processo para a coleta de dados é iniciado com a análise preliminar do Relatório Anual de Monitoramento do PME do Município, nos aspectos tangentes ao nosso recorte do estudo para os dados secundários, e em seguida fez-se ainda um levantamento dos dados primários (entrevistas) para aprofundar questões problematizadas. Como pressupostos teóricos, utilizamos os seguintes aportes: Andrade (1997); Caldart (2009); Fernandes *et al* (2008); Goldenberg (2000); Martins (1994) e Rocha, Azevedo e Santos (2019), tudo isto à luz da Constituição Federal do Brasil (1988) e da Lei nº 1.275 (2015). A partir deste trabalho pudemos verificar o não cumprimento da meta 5.4 do PME da cidade, pois aos alunos do campo não tem sido assegurado o direito de utilização de materiais didáticos específicos, que levem em consideração sua identidade cultural.

Palavras chave: Educação do Campo. Monitoramento. PME.

Introdução

Este trabalho ¹ tem como objetivo identificar e analisar em que medida a Escola Pública Municipal do Campo “Sentimentos” vêm desenvolvendo suas ações para assegurar que os

¹ Atividade realizada na Disciplina de Política Pública da Educação II, do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Campus de Itapetinga/BA, sob a orientação do prof. Dr. Daélcio Ferreira Campos Mendonça.

filhos dos camponeses possam ser alfabetizados, conforme a meta 5.4 do Plano Municipal de Educação – PME da cidade de Itapetinga/BA (dentro dos últimos dois anos).

Tendo como princípio orientador para a construção deste trabalho, as questões que impulsionaram o estudo são: Como a alfabetização do Campo, prevista na meta 5.4 do PME da cidade de Itapetinga/BA, está sendo vista e efetivada na Escola “Sentimentos”? Os sujeitos do Campo quanto as suas necessidades educacionais têm sido assistidos de forma específica, sendo respeitados como cidadãos de direitos?

De modo geral, objetivamos analisar as ações com as quais a Escola Pública Municipal do Campo desenvolve seu trabalho no processo de alfabetização dos filhos dos camponeses², tendo como espelho o PME. De acordo com este documento, especificado na Meta 5.4 do mesmo, os sujeitos oriundos do Campo devem ter a seguridade de serem alfabetizados com materiais que além de serem peculiares, deverão ser essencialmente didáticos e condizentes com a realidade deles, além disso, os instrumentos que acompanham esses materiais deverão reforçar a importância do uso da língua materna, assim como respeitar-lhes a sua identidade cultural (BRASIL, 2015).

O PME da cidade elencada trata-se de um conjunto de ponderações e ações intencionais sobre as demandas educacionais do município, pautadas em metas a serem cumpridas a longo, médio e/ou curto prazo. Ele tem como constituinte basilar as Leis nº 1.275/2015 e, 13.005/2014, sendo esta última uma Lei Federal criadora do Plano Nacional de Educação (PNE), o qual deixa explícito o estabelecimento de diretrizes de monitoramento dos PME's. Ou seja, a esta, o Plano Municipal de Educação está subordinado.

De vigência decenal³, possui relação intrínseca com os Planos Estadual e Nacional de Educação (PEE e PNE, respectivamente); um documento de interesse de todos os municípios, pois além de ser um plano traçado em conjunto com a comunidade, ele não atenderá apenas a Rede de Ensino do Município, mas sim, a Educação local como um todo. É, portanto, um documento único, representativo, basilar e norteador - porque de certo modo, acusará necessidades e/ou deficiências do Município.

² Diz-se assim dos /sujeitos oriundos do campo, os sujeitos ditos rurais, moradores da Zona Rural.

³ Decenal, que vale por 10 anos.

Nesse sentido, o PME versará por planejar metas que se concretizarão ao longo do tempo de sua vigência; metas estas que devem colaborar de forma significativa para com a educação de crianças, adolescentes, jovens e também do público adulto. Ainda sobre o Plano Municipal de Educação, vale salientar que **ele** (*grifo nosso*) “é muito mais do que uma declaração de intenções, pois a sua importância não reside apenas em garantir um direito fundamental pelo qual os municípios têm grande responsabilidade” (PME, 2015, p. 5). Ele tem autonomia para mudar a maneira como as pessoas lidam com as políticas educacionais (PME, 2015).

Com relação à metodologia, utilizamo-nos da pesquisa de campo de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa é de grande significância para o pesquisador, pois ela lhe traz as possibilidades de se estudar questões difíceis de serem quantificadas, questões estas que estão atreladas às ações das pessoas. No entanto, ela muitas vezes poderá cair no descrédito por “não se adequar” aos padrões cientificistas, como salienta Goldenberg (2000, p. 44):

Muitos cientistas sociais acusam a pesquisa qualitativa de não apresentar padrões de objetividade, rigor e controle científico, já que não possui testes adequados de validade e fidedignidade, assim como não produz generalizações que visem à construção de um conjunto de leis do comportamento humano. Outra crítica diz respeito à falta de regras de procedimento rigorosas para guiar as atividades de coleta de dados.

Para tanto, a coleta de dados primários consistiu em entrevistas com os sujeitos elencados; já a coleta dos dados secundários, tão importantes quanto os dados primários, deu-se a partir da análise do Relatório Anual de Monitoramento do PME da cidade, abrindo problematizações que precisariam ser aprofundadas diretamente com os sujeitos do campo empírico. Sendo então uma pesquisa também de caráter descritivo, pois se buscou explorar a realidade dos sujeitos pesquisados.

Para tanto, monitorar e avaliar não é uma tarefa fácil, tampouco pode ser realizada de maneira negligente. No Monitoramento e na Avaliação deve-se ter uma percepção ampla, pois segundo Dourado, Junior e Furtado “Dessa forma, entende-se que monitorar e avaliar tornam-se partes constantes de um único processo, ou seja, etapas distintas e complementares que não se realizam isoladamente. Por essa ótica, a avaliação compreende o monitoramento como parte constitutiva e constituinte” (DOURADO, JUNIOR E FURTADO, 2016, p. 456).

Desenvolvimento

Tendo a consciência de que “todo sujeito é um sujeito de direito” (ROCHA, AZEVEDO e SANTOS, 2019) e que a este se deve oferecer não somente educação, mas uma Educação de qualidade que lhe assista em seu desenvolvimento por completo, respeitando-lhe sua cultura e língua materna e que, “a política educacional é um dos instrumentos para se projetar a formação dos tipos de pessoas de que uma sociedade necessita” (MARTINS, 1994, p. 9), não podemos ignorar as necessidades dos moradores oriundos do Campo.

Porquanto a política que trata das demandas educacionais é algo processual e não se constrói da noite para o dia, ela só poderá existir quando esta dita Educação ganhar uma forma concreta através de sua organização, dos seus fins, assim como do interesse dos que se encontram envolvidos no processo (MARTINS, 1994).

De acordo com a Constituição Federal Brasileira CFB/1988, capítulo III, seção I, art. 205. e 206, a Educação não é somente um direito de todos os cidadãos, como também fica estabelecido alguns princípios que vão desde a igualdade de condição de acesso à Educação, quanto de permanência dos alunos na escola (BRASIL, 1988). Isso talvez fosse o suficiente para se perceber que a realidade do campesino e de seus filhos não pode ser negada, ignorada, omitida, mas sim respeitada e assistida no sentido de lhes fornecer aquilo que eles precisam e merecem; pois a Educação do Campo (EC) durante seu percurso histórico, sempre foi posta à margem pelo poder Estatal.

O surgimento da EC em nosso país nasce de um contexto histórico de muitas lutas por uma política educacional que esteja em conformidade com a realidade dos povos a quem a mesma é oferecida; também, surge de um contexto de resistência e conscientização, onde esta última não se finda em si mesma. A questão da consciência de que o outro também é merecedor de seus direitos segue uma ordem cíclica, perene e, portanto, vitalícia. Nas palavras de Caldart:

A Educação do campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao ‘atual estado de coisas’: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política

de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas (CALDART, 2009, p. 40).

Evidencia-se que as políticas voltadas para a Educação dos povos do campo se constituíram para fins e com fins dos povos citadinos⁴, e se contudo, o povo do campo não se valesse de sua resistência, assim como das reivindicações realizadas embasadas pelos seus direitos, não teriam como resultado suas conquistas; pois se recorrermos a Lei máxima do país, a CFB/1988, veremos que esta se torna um instrumento basilar para os camponeses, pois lhes assegurará o direito de igualdade e o respeito para com suas especificidades educacionais. Quanto a isto, Rocha, Azevedo e Santos, citando Pires 2012, ratificam que:

[...] A Constituição de 1988 foi um instrumento balizador para que as Constituições Estaduais e a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) enfocassem a educação rural no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças, possibilitando discutir como seria a oferta dessa educação para os povos do campo, buscando adequar a educação Básica às suas especificidades locais (PIRES, 2012, p. 90 *apud* ROCHA, AZEVEDO e SANTOS, 2019).

Assim como todos os indivíduos têm direito a uma educação básica de qualidade que lhes atenda em suas necessidades, os camponeses também têm direito a essa formação; portanto, sendo isto um direito assegurado por Lei e um dever do Poder Público garantir Educação a todos os cidadãos, podemos notar que segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996 no Art. 5º

O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (LDB, 2018, pg. 9).

É necessário se pensar numa educação que parte do pressuposto teórico, prático e metodológico e que atenda as necessidades da realidade dos povos do campo, principalmente ao que diz respeito à metodologia **que se utiliza para alfabetiza-los** (*grifos nosso*). Discutir sobre a Educação do campo nos dias atuais é buscar ser fidedigno aos seus objetivos de origem; é buscar mostrar como ela surgiu e para que surgiu. Exige ainda um olhar amplo, combinando

⁴Referentes aos que moram nas cidades, as pessoas da cidade.

pressupostos metodológicos e políticas, que abarquem uma compreensão das tendências do futuro que atuarão sobre ela. (CALDART, 2009).

A educação voltada ao campesino vai muito além do que o simples direito de se questionar por melhorias de um espaço físico, paredes e carteiras da sala de aula, novas. Tudo isso é bom e importante, mostra uma valorização do outro, mas não se mostra como essencial. A Educação do Campo é, portanto um espaço que abarca as lutas sociais e políticas que buscam humanizar esses sujeitos que tão duramente tem sido dado como invisíveis e carentes de nossa piedade. Essa forma de educação trabalha uma pedagogia emancipadora, que busca a libertação dos seus sujeitos, libertação essa que os tira da condição de oprimidos para reconhecer a realidade e o contexto social em que os mesmos se encontram – um movimento de luta pela terra, pelo trabalho e pela vida.

A educação campesina nasce justamente pela luta das causas sociais e pela libertação dos indivíduos a procura do seu espaço na sociedade, fala-se de trabalhadores, que estão dispostos a lutar pelos seus direitos, pelo direito à terra, por uma Educação voltada para as suas realidades, individualidades e necessidades. Nesse contexto diz a autora: “Os protagonistas do processo de criação da Educação do campo são os ‘movimentos sociais camponeses em estado de luta, com destaque aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária e particularmente ao MST” (CALDART, 2009).

Partindo desse pressuposto é possível perceber a importância do Movimento Sem Terra (MST), que tem como principal foco a luta pelo trabalhador do campo e pela terra; este, muito contribuiu para construir políticas de educação a partir de um pensamento pedagógico voltado para a vida dos seus sujeitos. Além de arduamente lutar pela desigualdade enfrentada, foi pela necessidade da terra que o MST firmou suas raízes e insistentemente lutou pelo direito não somente à Terra, como também as benéficas dela, dentre as quais temos a Educação.

Coleta de dados

Quando se fala em pesquisa científica, sabe-se que esta vai além das regras de como que se deve executá-la, porque quando se pesquisa, faz-se necessário utilizar da criatividade, da organização, da assiduidade, responsabilidade e demais atributos que se tem (GOLDENBERG,

2000). Dessa forma, a “Metodologia Científica é muito mais do que algumas regras de como fazer uma pesquisa. Ela auxilia a refletir e propicia um “novo” olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo” (GOLDENBERG, 2000, p. 11).

Ao realizarmos a coleta de dados, nos aproximamos de forma amigável das partícipes, levando em consideração as características singulares, versando pelo diálogo na entrevista. Apresentamos o roteiro com nossa identificação, assim como o objetivo da entrevista e as perguntas que seriam realizadas.

As entrevistas foram realizadas individualmente, tanto no Departamento das Escolas do Campo da Secretaria Municipal de Educação de Itapetinga (DEC/SMEI), na pessoa da Coordenadora das Escolas do campo, quanto na Escola elencada, com a colaboração de duas das três professoras que lá atuam.

Atentando-nos para as questões éticas e morais, ao que se refere a não publicação dos nomes das partícipes, pois entendemos que, nas palavras de Lorenzato (2009, p. 194), “[...] a dimensão ética é parte intrínseca de qualquer pesquisa e refere-se às relações de boa convivência, respeito aos direitos do outro e ao bem estar de todos”, utilizaremos aqui de nomes fictícios ao nos reportarmos as pessoas participantes, adotando assim, nomes de sentimentos; o nome da Escola lócus da pesquisa deste trabalho será “Escola Sentimentos” e para as participantes, demos os nomes de três sentimentos. À Coordenadora nos reportaremos como “amor” e às duas professoras, como “Ternura” e “Felicidade”.

Com relação às técnicas de pesquisas bibliográficas, sabe-se da importância das mesmas para os trabalhos de cunho científico. Conforme Andrade (1997, p. 40), “Todos os documentos bibliográficos constituem-se em fontes primárias e secundárias.”, o que:

Assim sendo, a diferença fundamental entre fonte primária e secundária consiste em que as fontes primárias são constituídas de textos originais, com informações de primeira mão; as fontes secundárias constituem-se da literatura a respeito de fontes primárias, isto é, de obras que interpretam e analisam fontes primárias (ANDRADE, 1997, p. 40).

Dessa maneira, para a coleta dos dados primários foram realizadas entrevistas semiestruturadas; já para os dados secundários, foram coletados através da análise do PME da Cidade, e o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP), onde pudemos obter informações

pertinentes à mesma (contexto, histórico, características da comunidade assistida e o que fundamenta a educação ofertada na localidade).

Análise de dados

Depois de nos apropriarmos do conhecimento sobre a Educação do Campo, e de que forma se dá a alfabetização dos camponeses levando em consideração sua língua materna e seus materiais didáticos utilizados, através de leituras, análise do PME e coleta de dados através das entrevistas com uma representante da Secretaria de Educação que foi a Coordenadora das escolas do campo, e posteriormente com duas professoras da escola do campo escolhida no Município de Itapetinga, só assim pode-se fazer de fato uma análise por completo sobre o debate em questão.

Diante disso, nota-se que através da entrevista com a representante da Secretaria de Educação que é responsável pela Educação do Campo diz que a Secretaria de Educação busca sempre inteirar os alunos do campo aos assuntos e materiais didáticos propostos para a realidade deles para que os mesmos possam se desenvolver e aprender cada vez mais. Porém, esses livros passaram a serem os mesmos dos alunos da cidade. Inclusive existia um livro específico do campo que era trabalhado com os alunos, contudo, houve a necessidade de mudança também desses materiais passando estes, a serem os mesmos da cidade.

Nosso livro era tão bom... Foi o Secretário que adquiriu ele pra nós! As professoras gostavam tanto de trabalhar com ele, mas agora por conta da BNCC não existe mais. Agora tem que ser tudo do jeito deles, com o livro que eles mandam a gente trabalhar. Os livros eram outros. Tinha mais específico, do campo. Aqui é o nosso PPP, estou mexendo nele... Estou mexendo nos gráficos... Mexe de ano em ano pra ver os avanços. Já trabalhamos com as linguagens que constam na BNCC já. Tivemos formação pra estudar... Quando eu cheguei aqui era outra realidade, mas quando foi no ano passado com esse negócio dessa BNCC mudou tudo... tem professores que são resistentes, mas fazer o que se temos que mudar! Só que agora eu já falei com as meninas, pode desapegar! Vai ter que usar esse currículo mesmo, não pode usar o velho mais não. [Sic]. (Amor, entrevista 22/11/2019)

Eles têm dois livros que a escola da zona rural editou, mas só que não tem muita realidade com o campo... As dificuldades encontradas em sala de aula é que muitas vezes os pais não dão valor... Eles pensam que porque a criança não vem de farda, pensa que as crianças tem que ficar a vontade, não precisa vir todos os dias... e hoje tem o transporte pra buscar...antes não era assim. [Sic]. (Ternura, entrevista, 26/11/2019)

Isso se contradiz com o PME da cidade de Itapetinga que traz na meta 5.4 a importância e direito desses alunos obterem materiais didáticos específicos para a realidade do campo para que se assegure sua identidade cultural: “Assegurar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna e a identidade cultural destas pessoas” (PME, 2015, p. 86).

Por esse motivo é de suma importância se fazer o Monitoramento do PME da cidade e, sobretudo a Avaliação desse documento, para que se possam alcançar as metas, diretrizes e estratégias dele e, analisar os pontos em que se precisa melhorar ou refazê-los se possível. Aqui em questão, estamos fazendo a análise desses documentos, e nos atendo para que o leitor possa tecer por si mesmo uma crítica relacionada ao assunto. Pois:

Devemos atentar-nos para a relevância dessa ação, uma vez que sua organicidade dará movimento e dinamismo às diretrizes, metas e estratégias pensadas, discutidas e postas na forma de lei para viabilizar avanços para educação nacional. Mais que isso, são fundamentais o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação pelas autoridades competentes previstas no PNE e, ainda, participação da sociedade no acompanhamento e monitoramento, visando a efetivação do plano (DOURADO, JUNIOR e FURTADO, 2016, p. 455).

A mudança dos livros e materiais didáticos foi feita de forma vertical. Portanto, os mesmos materiais didáticos e livros que os alunos da rede pública municipal recebem os alunos do campo também adquirem e é trabalhado dentro de sala uma realidade distinta dos camponeses. Por outro lado, a Professora Alegria pensa que é importante a mudança desses livros com assuntos que são trabalhados na cidade, porque muitos alunos futuramente irão para a cidade e faz-se necessário ter um conhecimento prévio de como se é a realidade dos ditos cidadãos. Além de entender que a escola do campo é igual a escola urbana.

[...]. Trabalho aqui no período da tarde, ...eu dou aula de Tecnologia. Aqui no Campo a gente tem aula de Informática, Arte e Dança... Escola do Campo eu entendo como Escola Normal, como escola urbana, normal... porque a grade curricular é a mesma, o Plano de curso é o mesmo, a gente faz as nossas adaptação por conta da escola e do nosso público ser diferente das escolas da cidade....mas a escola do campo é igual, tem que seguir as mesmas rotina da escola da cidade, da zona urbana... [Sic]. (Alegria, entrevista, 26/11/2019)

Ainda nas palavras da professora Alegria, outro fator que tem preponderado sobre a educação das crianças do campo, é a mudança de perfil dos alunos, que se deu, por conseguinte às mudanças repentinas do trabalho dos seus pais.

Segundo a mesma, os pais dos alunos muitas vezes precisam sair de um lugar para outro, em busca de emprego. A falta de trabalho fixo os obriga a aceitarem o trabalho de empreitada em outras fazendas mais distantes da escola em que seus filhos frequentam, ou até mesmo em fazendas de outros municípios. Assim, esse distanciamento geográfico (aluno x escola) tem corroborado para as dificuldades de se alfabetizar ou até mesmo, dar continuidade ao processo de alfabetização dos camponeses. Para além desse problema, ainda há outros como a falta de transporte, os dias de chuva e atoleiro dos carros e/ou a falta de manutenção dos veículos escolares.

Esse processo da alfabetização no campo, essa parte é um pouco complicada porque a criança não tem uma rotina de estar sempre na Escola. Essa quebra de rotina é feita por conta do trabalho dos pais no Campo. Que hoje em dia ele está em um Município, ele tá em uma escola e amanhã ele tá em outra escola, em outro Município... Tem aluno que troca de escola três vezes no ano, e tem aluno que sai e não volta mais. Porque o lugar que ele vai é muito longe, não tem acesso a transporte... Então essas dificuldades da Alfabetização são grandes no campo... Tem criança com déficit de atenção, mas o que impede no processo de Alfabetização mesmo, é o problema dos pais. As dificuldades... As dificuldades em sala de aula no campo... Posso te garantir que é as mesmas da cidade (a indisciplina...a conversa...) ... Pra mim isso é genética, DNA, não tem essa de problema de sociedade... Por isso que eu falo que educação no campo, do campo, é igual da cidade... Os problemas e as dificuldades de disciplina é a mesma. Mas também tem um agravante não posso deixar de falar... o transporte quebrar... E o menino não vir na escola... Às vezes chove, chove muito e o carro não entra... Atola... [Sic]. (Alegria, entrevista, 26/11/2019)

Sobre as perguntas feitas para ambas participantes da pesquisa (as professoras Ternura e Alegria), a respeito do acompanhamento e visita da Secretaria de Educação à Escola “Sentimentos”, elas foram bem enfáticas quando teceram elogios ao acompanhamento feito pela SMEC. Entretanto, em dado momento de suas falas sobre a questão tanto dos livros didáticos quanto dos cursos de formação e treinamento para os professores, há uma divergência de opiniões. Enquanto uma assegura que a modificação dos livros foi algo que não trouxe muitos danos aos alunos, a outra expressa que os livros “antigos” eram mais diretivos e

condizentes com a realidade dos alunos, crianças e jovens do campo, cuja cultura e língua difere dos sujeitos da cidade. Mas que por hora, os livros “atuais” não deixavam a desejar.

É importante ressaltar também que, a professora Alegria diz não ter conhecimento sobre o PME da cidade, tão pouco a Meta 5.4, o que nos deixa apreensivos e até nos causa estranheza, em contra partida, Ternura parece reivindicar um direito, que sabe ser pertencente aos alunos:

A Secretaria é uma mão na roda pra gente... Abastece com material didático, paradidático... Tudo que a gente pede... Somos mais abastecidos que o pessoal da cidade... A secretaria não tem o que reclamar não. A visita é muito frequente, uma vez, duas vezes na semana... Às vezes vem todo mundo. Fazemos projeto aqui... Acho que eles foram muito inteligentes em colocar pessoas do campo para trabalhar com a gente... Que tem experiência... Quando a gente liga eles já sabem qual é o problema e muitas vezes já vem com a solução... Ah tá, esse aí é o Plano né? Eu não conhecia. No noturno eu dava aula aqui, com esse material. Eu acho interessante esse material, mas eu também não vou mentir que eu, eu, até gosto de trabalhar com o... Livro da cidade porque a gente tem que mostrar as duas realidades pra eles... Tem que haver um pouquinho a mais no livro didático, um pouquinho mais sobre o campo, mas pra mim não está ruim não... Outra coisa que as pessoas confundem, é o vocabulário deles, mas isso é cultura... Não é o ensino não... é a cultura enraizada em fazenda...por isso eu prefiro trabalhar com o livro da cidade pra eles não sofrerem tanto quanto sofrem quando vão pra lá... o campo eles conhecem bem... Eu tenho que mostrar pra eles o produto pronto quando saem daqui. [Sic]. (Alegria, entrevista, 26/11/2019)

A secretaria nos oferece vários cursos de formação, eu mesma sempre pergunto, e pra o campo, como vamos fazer se estamos com série multisseriada?... Participamos também de projetos... Tem tudo isso. Sobre a Meta, a secretaria deveria tá promovendo coisas para o campo, quando nos reunimos, reunimos a zona rural com a urbana. Duas realidades totalmente diferentes. Os livros são totalmente diferentes, deixa a desejar pra o campo... Isso aí dificulta um pouquinho né? ...Sim, temos uma Coordenadora e uma Diretora voltadas para o Campo, que trabalharam e sabem a realidade do Campo, mas acho que ainda a Secretaria deveria ter uma formação pra o campo, reunir com outros, outros Municípios que trabalham com o Campo, para que nós possamos ter assim... É... Passar conhecimento um pra com o outro... Trocar ideias... Então, tem ainda muito a desejar o Plano Municipal de Educação, voltado pra o campo... [Sic]. (Ternura, entrevista, 26/11/2019)

A comunicação e o apoio com os professores são constantes, pois segundo as professoras tudo que precisam elas comunicam a SMEC e eles estão à disposição para ajudar no que for preciso. As salas da Escola Sentimentos infelizmente são multisseriadas⁵, ou seja, dividida por etapas na qual diversos alunos de vários níveis de aprendizagem diferentes se

⁵ Depreende-se das turmas multisseriadas aquelas que são constituídas de alunos de faixa etárias diferentes e de níveis de conhecimentos diferentes; tais turmas, requer do professor a elaboração de práticas constituídas de significado para seus alunos, pois geralmente, essas aulas tendem a ser desarticuladas. Tem surgimento a partir dos padres jesuítas durante suas práticas de catequização.

encontram. Portanto, o professor tem que utilizar de estratégias e práticas pedagógicas para conseguir alfabetizar seus alunos e antes de tudo conseguir reter a atenção deles (uma tarefa nada fácil).

Segundo o Decreto nº 7.352, Escola do Campo é aquela situada em área rural (IBGE) ou em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (Secretaria de educação).

Já trabalho no Município há 36 anos, é..., é... Quando eu escolhi trabalhar no campo é porque eu acho assim, porque o campo é voltado mais pra... Para as pessoas que trabalham no campo. Eles têm mais conhecimento do que nós, né? Porque ele já tem um... Já vê os pais mexendo com isso. É muito gratificante trabalhar na EC...eles aprendem com a gente mas muitas vezes somos nós que aprendemos com eles... Eu trabalho do pré a alfabetização e trabalho são,... é... De várias formas, de várias maneiras, para que eles possam aprender. [Sic]. (Ternura, entrevista 26/11/2019)

Em relação ao que se entende por Educação do Campo para as componentes da entrevista e de acordo com a resposta que a professora Ternura traz a discussão, é que ela deve ser principalmente para o povo do campesino, ou seja, deve ser algo peculiar dos que moram no campo, atendendo as suas especificidades; o que vai de encontro com a ideia de Caldart quando diz:

O vínculo de origem da Educação do campo é com os trabalhadores ‘pobres do campo’, trabalhadores sem-terra, sem trabalho, mas primeiro com aqueles já dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra ‘o estado da coisa’, para aos poucos buscar ampliar o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo (CALDART, P.41,2009).

Através da pesquisa em *lócus* podemos perceber e entender como ocorre o processo de alfabetização destes alunos, bem como a maneira como se dá essa realidade dos campesinos; em contrapartida, ficamos ora satisfeitas, ora preocupadas, pois embora, diga-se, que houveram melhorias nessa escola, sobretudo estrutural, os livros precisaram ser trocados para se trabalhar com os que foram direcionados através da Base Nacional Comum Curricular. Mas uma indagação direcionamos ao (s) leitor (es), diante de tudo quanto fora exposto aqui, é possível que de fato esteja havendo uma educação de qualidade para essas pessoas?

Algumas considerações

A EC sem seu percurso histórico, sempre foi marcada por lutas, dada a insatisfação daqueles que tem a consciência de seus direitos: primeiro, o direito à Educação, segundo, o direito a uma Educação de qualidade com materiais pertinentes as suas realidades, e embora se tenha uma preocupação e um olhar diferenciado para com os camponeses, ainda há muito o que se fazer por eles, atendendo-lhes às reais necessidades quanto ao uso dos livros didáticos, de acordo com o se apregoa Plano Municipal de Educação da cidade.

O estudo mostra ainda a realidade vivenciada pelos alunos camponeses e o que depreendemos dos documentos analisados (PME do município, Relatório de Monitoramento e Avaliação) da cidade elencada; onde, nos quais, dever-se-ia haver uma consonância em relação ao material didático e ao próprio Plano. Pois, embora uma das docentes reforce a importância de se trabalhar os conteúdos dos cidadãos para ajudar os alunos a não se “desesperarem” ao se chocar com determinadas realidades da cidade, não se pode desprezar aquilo que já foi uma vez conquistado, estabelecido e regulamentado por Lei.

Deste modo, entendemos que trabalhar conteúdos de forma esporádica mostrando os paralelos existentes e as divergências através da problematização em sala de aula, não quer dizer que se deva mudar todo um material didático, em uma tentativa gritante de se “urbanizar o Campo”.

A escola do campo passou por algumas transformações ao longo do tempo, com melhorias e avanços em alguns aspectos: manutenção periodicamente da estrutura local, mesas e cadeiras novas, instalação de bebedouro, TV, aparelho de DVD, antena parabólica, projeto paisagístico, transporte para professores e alunos – elementos que aparentemente apontam certo grau de equidade entre alunos do campo e da cidade. Em outros aspectos, há de se reforçar que, por não haver livros distintos, reverbera uma fragilidade, mostrando que o objetivo traçado na meta 5.4 do PME ainda não fora alcançado.

Ainda que a Educação do Campo tenha sido marcada por resistir e por lutar, nos parece que nessa realidade ainda há barreiras a serem transpassadas, pois a Educação é em si mesma, um campo de tensão e de batalhas, travadas. Assim, chegamos à guisa conclusiva de que, se as pessoas se atentassem que no/do Campo, se aflora um conhecimento que lhe é próprio, não seriam necessárias nenhuma das formas de se tentar modificar as pessoas de lá, nem desapropriá-las de sua cultura e subjetividade.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação** / Maria Margarida de Andrade. – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 1997.

BAHIA. Lei n. 1275 de 22, jun. 2015; **Plano Municipal de Educação**: Itapetinga, Bahia, jun. de 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/1992 a 99/2017, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/1994. – 53. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018

BRASIL. (LDB): **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Brasília: Senado Federal, Coordenações de Edições Técnicas, 2017. 58 p.. Disponível em:

<https://www.bing.com/search?q=LDBEN+de+96&qsn&form=QBRE&sp=-1&ghc=1&pq=ldben+de+96&sc=1-11&sk=&cvid+1133A08264B64A209653FEB3D4547FB9>

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: Campo- Políticas Públicas – Educação** / Bernardo Mançano Fernandes... [et al.] ; organizadora, Clarice Aparecida dos Santos, -- Brasília : Inca ; MDA, 2008. Disponível em:

https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/por_uma_educacao_do_campo.pdf

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. saúde [online]. 2009, vol.7, n.1, pp.35-64. ISSN Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1981-77462009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt

DOURADO, Luiz Fernandes, JUNIOR, Geraldo Grossi, FURTADO, Roberval Angelo, **Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições**. In: RBPAAE - v. 32, n. 2, p. 449-461 mai./ago. 2016 Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/2856/showToc>

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** / Mirian Goldenberg. – 4º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

In: FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 3ª Edição Revisada. Campinas: Autores Associados, 2009, p. 193-206. Disponível em:

https://www.fe.unicamp.br/drupal/sites/www.fe.unicamp.br/files/pf/subportais/pesquisa/etica-na-pesquisa/etica_na_pesquisa_educacional.pdf

MARTINS, Clélia. **O que é Política Educacional**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.